

VIVÊNCIAS E DESAFIOS DE ESTUDANTES MÃES NO ENSINO SUPERIOR: um estudo de caso no UNIFAGOC

NEPOMUCENO, Lorena¹; ARAUJO, Ludmilla Carneiro²
CONDÉ, Patrícia Peluso²; MARTINS, Adriane²



¹ Graduando em Pedagogia pelo UNIFAGOC.

² Docente do Curso de Pedagogia - UNIFAGOC

ludmilla.araujo@unifagoc.edu.br
patricia.peluso.conde@gmail.com
adriane.martins@unifagoc.edu.br

RESUMO

Este estudo tem por objetivo descrever as experiências das alunas que se tornaram mães antes de ingressarem na faculdade ou durante a graduação, dos cursos do UNIFAGOC, conhecer suas rotinas e analisar suas perspectivas em relação aos desafios encontrados durante a graduação. De acordo com os procedimentos metodológicos, este estudo pode ser considerado um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica, descritiva, de natureza básica, com abordagem quanti-qualitativa. Os dados foram coletados por meio de questionário, via Google Forms, enviados às alunas mães do UNIFAGOC por WhatsApp. Os resultados foram analisados por meio de categorização e apresentados de forma descritiva, contrastando a realidade das discentes do UNIFAGOC com os referenciais. Foi possível concluir que a presença de mulheres no ambiente acadêmico está cada vez maior e, conseqüentemente, a maternidade no âmbito acadêmico torna-se um fato, confirmado por meio da exposição de vivências das estudantes mães do UNIFAGOC. Por conta disso, é necessário que a instituição se adeque à nova realidade das discentes e garanta que mulheres grávidas não sejam prejudicadas no avanço do ensino após o nascimento de seus filhos, alinhando-se à nova realidade e viabilizando a permanência de mães estudantes. Por fim, cabe ressaltar o cenário preocupante da escassez de políticas públicas que protejam essas mulheres e possibilitem a maternidade no cenário atual, sem ocasionar o prejuízo das funções profissionais, acadêmicas, domésticas e pessoais.

Palavras-chave: Maternidade. Educação. Assistência Estudantil. Desafios.

INTRODUÇÃO

Encontrar mulheres em espaços considerados masculinos, até pouco tempo, era bastante incomum; no entanto, isso vem mudando ao longo dos anos. Antes, a mulher era vista como capaz de realizar somente funções que se restringiam a tarefas de casa e procriação, estando sempre subordinada ao marido (Silva, 2019). Além disso, a crença de que mulheres eram intelectualmente inferiores a homens era fortemente compartilhada, sendo, aos poucos, desacreditada (Silva; Brandão; Carvalho, 2019).

Como resultado de muita luta e mesmo ainda existindo diferenças de gênero, atualmente a mulher consegue assumir postos de igualdade ao homem, seja ele no ambiente de trabalho, acadêmico ou domiciliar (Roiz, 2011). Segundo o Censo da Educação Superior de 2018, 71,3% do total de estudantes dos cursos de licenciatura são mulheres (INEP, 2018). Esse dado é de extrema importância, uma vez que o acesso feminino ao ensino foi, por muito tempo, inexistente. A educação feminina era voltada

para afazeres domésticos, como bordar e costurar, dentro do ambiente domiciliar, bem diferente da masculina, que abordava o ensino da leitura, da escrita e da matemática, em ambientes escolares, o que possibilitava que os homens acessassem o ensino superior de forma precoce (Bezerra, 2013).

No ambiente acadêmico, a gravidez torna-se, muitas vezes, indesejada por conta das dificuldades encontradas diante dessa nova realidade (Lima, 2017); entretanto, dados do Censo de 2000 mostram que quase 9% das mulheres que cursam o ensino superior têm filhos com idade entre zero e quatro anos, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que respaldem essas mulheres enquanto mães e alunas (Silva, 2019).

A Lei 6.202, de 1975, garante a regulamentação do regime de exercícios domiciliares para estudantes grávidas, a partir do oitavo mês de gestação, sendo o período de afastamento determinado por atestado médico e apresentado ao centro de educação (Brasil, 1975). No entanto, é importante ressaltar o déficit de aprendizagem que essas mulheres enfrentam, uma vez que, mesmo com a Lei, a necessidade de interromper os estudos para dedicar-se ao papel de mãe é fundamental para a sobrevivência do bebê, o que leva ao retardo das atividades acadêmicas no momento do retorno, caso retornem (MENEZES *et al.*, 2012).

Pensando na importância de se discutir sobre a alta carga de trabalho que mulheres carregam enquanto mães e alunas, levantou-se o seguinte problema: quais os principais desafios encontrados pelas mães universitárias ao conciliarem a maternidade com a vida acadêmica? Sabendo dos desafios da discente mãe na formação, por conta da dupla jornada enquanto mãe e estudante universitária, este estudo tem por objetivo descrever as experiências das alunas que se tornaram mães antes de ingressarem na faculdade ou durante a graduação, dos cursos do UNIFAGOC, conhecer suas rotinas e analisar suas perspectivas em relação aos desafios encontrados durante a graduação.

Espera-se que este estudo resulte no levantamento real do número de estudantes que se tornaram mães antes ou durante a graduação e os desafios por elas enfrentados. Além disso, com os resultados deste estudo, espera-se que seja possível aperfeiçoar as políticas de assistência existentes a fim de deixá-las mais inclusivas e fiéis às dificuldades das alunas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desigualdade de gênero ao longo da história

O gênero diz respeito às construções sociais criadas a partir do sexo; este, por sua vez, trata da diferenciação natural entre masculino e feminino. Desde a antiguidade, a desigualdade de gênero pode ser observada em todos os âmbitos da sociedade e em todo canto do mundo, sendo explícito pela forma como a mulher é considerada inferior ao homem. Isso se fortalece por meio de crenças religiosas e diferenças físicas (Schussler; Fabricio, 2017), levando a desigualdades no acesso de homens e mulheres à liberdade civil, política, econômica e até cultural, sendo a mulher, muitas vezes, obrigada a se subordinar a uma figura masculina (Jardim; Fernandes, 2016).

Guacira Lopes Louro, em seu trabalho intitulado “Gênero, sexualidade e educação” (1997, p. 6), traz que:

[...] *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*, visando "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual" [...], dirigindo o foco para o caráter social. [...] Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas.

Apesar de ser um objeto de estudo recente, o conceito de gênero expressa um histórico que é visto há muito tempo. Nota-se que a distribuição de responsabilidades e comportamentos para homens e mulheres acontece por meio do fortalecimento das relações de poder estabelecidas entre os sexos. Isso se confirma no decorrer da história, por meio da configuração de desigualdade presente em diversos ramos, mesmo que a mulher apresente capacidades iguais ou superiores aos homens, como acontece em ambientes acadêmicos e de trabalho (Jardim; Fernandes, 2016).

Foi durante o período da Primeira Guerra Mundial que as mulheres começaram a consolidar seus espaços no mercado de trabalho, além de iniciarem a busca pela independência social. Com o avançar dos anos, houve o fortalecimento do feminismo, movimento que trazia o propósito da libertação da mulher, que ainda era vista como objeto do homem. Ao longo da história, as mulheres conseguiram alcançar seus espaços de direito e fortalecer a organização da sociedade atual. Com isso, houve uma atenuação da desigualdade de gênero, entretanto, ela nunca deixou de existir (Schussler; Fabricio, 2017).

Na sociedade atual, a grande problemática acerca da desigualdade de gênero encontra-se na jornada dupla de trabalho que as mulheres enfrentam. Ou seja, após a jornada de trabalho convencional, a mulher ainda realiza os deveres de casa, ao contrário dos homens, que se preocupam, na maioria das vezes, somente com seus afazeres profissionais, depositando toda a responsabilidade do lar na mulher (Schussler; Fabricio, 2017). Isso se agrava quando a mulher é mãe e estudante, sendo obrigada a conciliar os serviços domésticos, a maternidade, a carga horária de trabalho e a faculdade (Aguiar; Paes; Reis, 2019).

Desafios encontrados na maternidade e formação acadêmica

Como afirmam Silva *et al.* (2020), em muitas partes da história, a mulher foi considerada somente capaz de cumprir papéis relacionados à procriação e aos afazeres domésticos. Após longos períodos de lutas, resultando na conquista de direitos, como a possibilidade de estudar, de votar, de dirigir, de trabalhar e de ser independente, atualmente é possível perceber pontos em que a mulher ocupa espaços de igualdade com o homem. No entanto, isso ainda precisa avançar para que, de fato, seja considerado que há igualdade entre os gêneros (Bezerra, 2013).

Na sociedade moderna, a ocupação feminina de lugares que antes eram majoritariamente masculinos acarretou mudanças na estrutura familiar; se antes as mulheres eram responsáveis pelos serviços domésticos e maternos, atualmente (Silva

et al., 2020) as mulheres que buscam por formação acadêmica trabalham e são mães que precisam enfrentar a dura realidade da jornada tripla, ou até quádrupla, de trabalho, sendo obrigadas a se dividirem entre afazeres profissionais, domésticos, maternos e acadêmicos (Ávila; Portes, 2012). Esse fato, para aquelas que têm interesse em obter formação superior, pode ser um empecilho, pois a maternidade exige que a mulher dedique grande parte do seu dia ao cuidado do filho, uma vez que isso é fundamental para a sobrevivência do bebê (Menezes *et al.*, 2012).

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o fato de mulheres tornarem-se mães durante a graduação. A gestação, por si só, gera transformações físicas, psíquicas e na rotina da mulher, exigindo seu tempo e dedicação, assim como a vida acadêmica. Conciliar esses dois fatores pode ocasionar contratempos, como dificuldades financeiras, falta de tempo e apoio, falta de compreensão de colegas e professores, dificuldade no aproveitamento de disciplinas, necessidade de faltar às aulas por não ter com quem deixar o filho, entre outros (Andrade, 2019).

Visto isso, é necessário que haja maior suporte da instituição acadêmica e compreensão por parte da comunidade, além de uma rede de apoio, que trazem oportunidades de suporte em tempos de instabilidade ou tensão e são capazes de gerar chances de evolução (Juliano; Yunes, 2014), resultando na diminuição das dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Sabe-se que as instituições de ensino superior contam com assistência estudantil para gestantes, entretanto, esses programas nem sempre atendem a todas as alunas ou não são suficientes para as necessidades requeridas (Andrade, 2019).

De acordo com Nunes e Silva (2020), que tratam do acesso e permanência na educação superior em paralelo ao exercício da maternidade, pode-se perceber que as instituições de ensino não cumprem de forma satisfatória a Lei 6.202/75, bem como seu regimento interno, além de possibilitarem o corte do vínculo como bolsista em projetos, quando engravidam (Brasil, 1975). Além disso, por meio dos relatos de estudantes presentes no estudo, foi possível perceber que elas não conhecem o procedimento de solicitação da licença, pois há dificuldade de encontrar tais orientações no sistema das instituições. Esses fatos contribuem para a ocorrência de atraso e queda de desempenho das alunas.

Mecanismos de apoio a mães discentes

Por conta da expansão do ensino superior ocorrida no Brasil, houve a necessidade de ampliar o acesso às políticas de assistência estudantil, uma vez que são fundamentais para a inclusão e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, além de diminuir as taxas de evasão. As ações promovidas pela assistência estudantil, no entanto, vão além de prover recursos financeiros e podem incluir o acesso à alimentação, ao transporte e a outras questões. Ainda, não se pode esquecer de que esse programa se configura como direito humano, não devendo ser resumido a caridade ou assistencialismo (Saalfeld, 2019).

Sabendo da importância de assistir a esses alunos, em 2008 o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de possibilitar oportunidades aos estudantes, promovendo o aumento da performance acadêmica, por meio de ações de inclusão social, combate à repetência e evasão em instituições públicas de educação superior (UNIFEI, 2022). As ações a

serem desenvolvidas englobam áreas como moradia estudantil, alimentação, acesso à saúde, creches, apoio pedagógico, transporte, entre outras (Brasil, 2010).

É fato que a assistência estudantil é considerada como uma estratégia de fortalecimento da formação ampliada e, por conta disso, deve ser implantada tanto no ensino público quanto privado (Saalfeld, 2019). No entanto, para a realidade brasileira, composta por um sistema de ensino superior majoritariamente privado, sendo a maioria de estudantes mulheres, a assistência estudantil não tem se mostrado suficiente. A presença das mulheres em instituições de ensino superior vem crescendo ao longo da história e, com isso, cresce também o número de acadêmicas vivenciando a maternidade. Como consequência, as mulheres passam a enfrentar as jornadas duplas e triplas de trabalho, sendo um importante empecilho no momento da conclusão plena do curso (Barreto, 2014).

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal, “a educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2015). Um dos meios de colocar isso em prática é pela implantação de programas de apoio aos discentes; além disso, o Congresso Nacional, em abril de 1975, decretou a Lei nº 6202, atribuindo à estudante gestante o direito ao regime educacional domiciliar, a partir do oitavo mês de gestação, durante três meses e assegurando à estudante a realização dos exames finais (Brasil, 1975).

Silva *et al.* (2020), em seu estudo sobre a maternidade na trajetória universitária, identificaram as principais demandas de mães que conciliam a maternidade com a universidade, mapeando a assistência dada a elas. Dentre as estratégias, pode-se citar o auxílio creche e a brinquedoteca, ambientes que colaboram para a assiduidade das mães às aulas. As creches estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 4º da Lei nº 9394/96, que dispõe sobre a gratuidade da oferta e atendimento em creches e pré-escolas (Silvestre, 2019).

É possível perceber que as instituições públicas federais contam com programas de apoio à maternidade bem consolidados, assim como as instituições estaduais e privadas, com a presença do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), que tem como objetivo prestar assistência aos alunos, por meio do oferecimento de condições e encaminhamento à formação profissional plena, além de viabilizar a igualdade de oportunidades; no entanto, as ações a serem desenvolvidas pelo núcleo não são bem especificadas (UEMG, 2022; UNIFAGOC, 2022; UNIVIÇOSA, 2022).

Não se pode esquecer, entretanto, de que as políticas de assistência estudantil devem ter como objetivo viabilizar a permanência do estudante na instituição por meio de medidas antidiscriminatórias e estratégicas, com enfoque e comprometimento na situação acadêmica das estudantes que são mães, através da democratização, equidade e justiça social (Nunes; Silva, 2020).

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo descrever as experiências das alunas dos cursos do UNIFAGOC que se tornaram mães antes de ingressarem na graduação ou durante o curso, conhecer suas rotinas e analisar suas perspectivas em relação aos desafios encontrados durante a graduação.

Quanto aos fins, este estudo configurou-se como uma pesquisa descritiva, pois descreveu as características de uma amostra específica e estabeleceu relações por meio de variáveis (Gil, 2002). Também pode ser definido como de natureza básica, pois buscou gerar saberes fundamentais para o desenvolvimento da ciência, sem exigência de aplicação na prática e envolvendo fatos e interesses comuns (Silveira; Córdova, 2009).

De acordo com os meios, esta pesquisa pode ser definida como bibliográfica, pois houve a realização de um levantamento de referências teóricas já estudadas e publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e *web sites*. Segundo Fonseca (2002), todo trabalho científico deve iniciar-se com uma pesquisa bibliográfica, pois ela auxilia o pesquisador no entendimento do que já existe documentado sobre o assunto. Foi também um estudo de caso, definido como o delineamento mais apropriado para investigar uma ocorrência contemporânea dentro de seu contexto real, buscando aprofundar na realidade e nas dificuldades enfrentadas pelas estudantes do UNIFAGOC que se tornaram mães durante o curso e que ingressaram no curso após serem mães, por meio da exploração de situações da vida dessas estudantes (Fonseca, 2002).

Por fim, optou-se por realizar uma abordagem quanti-qualitativa, método que une as duas formas de pesquisa, ou seja, busca trabalhar com informações apresentadas sob o formato de dados numéricos, por conta de sua maior credibilidade e exatidão e aprofundar-se na compreensão de um grupo social, preocupando-se com características da realidade que não podem ser quantificadas, compreendendo e explicando o processo das relações sociais (Fontelles *et al.*, 2009). Além disso, a pesquisa qualitativa configura-se como mais adequada, pois analisa os sentidos, as razões, as convicções, os valores e os comportamentos, representando o espaço mais profundo das conexões, tornando impossível a operacionalização dessas variáveis (Silveira; Córdova, 2009).

A coleta de dados aconteceu por meio de questionário elaborado no *Google Forms*, encaminhado por *WhatsApp* para as estudantes do UNIFAGOC da cidade de Ubá, Minas Gerais. Esse método tem o potencial de gerar dados fundamentais para alcançar os objetivos do projeto, por meio do estímulo à cooperação, melhor avaliação das atitudes dos voluntários, menor exigência de tempo para elaboração, entre outros. No entanto, apresenta desvantagens como a dificuldade na codificação das respostas de questões abertas e a resistência dos voluntários em escrever respostas completas (Chagas, 2000).

Os resultados foram analisados por meio de categorização, retratada pela junção das respostas que se relacionam entre si, a fim de possibilitar e facilitar a organização, a separação, a classificação e a validação das respostas, enviadas ao instrumento de coleta de dados, de forma satisfatória (Bartelmebs, 2013), os quais foram apresentados de forma descritiva, por meio do contraste entre a realidade das discentes da UNIFAGOC com os referenciais do campo de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise dos dados da instituição, foi possível contatar nove estudantes, sendo duas do curso de Pedagogia, uma do curso de Direito, uma de Ciências Contábeis, duas do curso de Medicina, uma da Odontologia e uma do curso

de Estética. No entanto, somente cinco responderam ao questionário, sendo elas estudantes dos cursos de pedagogia, direito, ciências contábeis, odontologia e medicina. As respondentes tinham entre 22 e 33 anos: uma informou ter 22 anos, uma disse ter 24 anos, duas tinham 29 anos e uma 33 anos. Todas informaram que engravidaram durante o curso: uma aos 21 anos, uma aos 22, uma aos 27, uma aos 29 e uma aos 32 anos. Apenas uma respondeu que a gravidez foi planejada. Quando perguntadas em qual período se encontravam quando engravidaram, todas informaram estar entre o primeiro e sexto período, sendo que duas encontravam-se entre o primeiro e o terceiro período e três entre o quarto e o sexto período. A respeito do ano em que engravidaram, três alunas responderam que ocorreu no ano de 2019, uma no ano de 2020 e uma em 2021.

Acerca dos dados socioeconômicos, quatro mulheres informaram que possuem renda de até dois salários-mínimos, enquanto uma informou não possuir renda. No entanto, todas as respondentes informaram não possuir nenhum auxílio governamental. A respeito do transporte utilizado para chegar à universidade, duas informaram que utilizam o transporte escolar, duas têm transporte próprio e uma chega à universidade a pé, de carona ou de bicicleta.

Quando perguntadas sobre o quanto a vida acadêmica mudou durante a gravidez, quatro informaram que mudou muito, enquanto uma não soube responder o quanto mudou. Dentre as mudanças, as estudantes citaram falta de tempo e ânimo, piora da qualidade do sono, dificuldade em conciliar amamentação com as aulas, entre várias outras. Essas respostas corroboram o estudo de Coutinho *et al.* (2014), que investigou as mudanças no estilo de vida das mulheres que se tornam mães. As entrevistadas da pesquisa de Coutinho relataram privação do sono, necessidade de priorizar as atividades profissionais em detrimento das domésticas e falta de tempo, assim como as alunas do UNIFAGOC.

Além das perguntas supracitadas, foram realizadas mais seis questões, sendo uma objetiva e cinco subjetivas. A questão objetiva indagava o seguinte: “Como foi ao informar aos professores sobre a gravidez? Você se sentiu apoiada pela comunidade acadêmica?”. Três mulheres assinalaram que foi difícil, uma delas alegou ser “por conta do medo e das incertezas, mas meus professores e amigos me apoiaram desde o início” e duas marcaram a alternativa que dizia “não achei difícil, tive apoio dos meus amigos e da comunidade acadêmica durante toda minha gravidez”. Esses resultados contrariam os desfechos de Silva *et al.* (2020), que investigaram os desafios percorridos pelas discentes mães da Universidade Federal do Maranhão e mostraram que as alunas não se sentiram compreendidas pela comunidade acadêmica. Neste estudo, as alunas do UNIFAGOC expuseram que, apesar do receio da resposta ao contar sobre a gravidez, elas se sentiram acolhidas pelos professores e demais constituintes da comunidade acadêmica.

As questões subjetivas tinham como finalidade o maior detalhamento da realidade dessas estudantes. Para o melhor decorrer do estudo, serão dados nomes fictícios às estudantes. A pergunta “Você obteve apoio de sua família e amigos? Conte um pouco sobre a reação dessas pessoas” obteve respostas afirmativas. Segundo as estudantes, o apoio por parte da família e amigos foi dado, apesar do medo em revelar a notícia. Adriana (nome fictício) expôs que “por toda a situação de ser mãe solo não teria

como seguir bem durante a gestação se não fossem todos". Já Jaqueline (nome fictício) relatou:

... muitos me incentivaram a parar, pois me falaram que não seria fácil cuidar de um bebê, estudar, trabalhar fora e cuidar da casa, mas meus pais e meu marido me ajudaram muito ... muitas vezes pensei em desistir da faculdade, pois minha gestação foi de risco ... No final tudo deu certo e até hoje recebo ajuda deles, posso dizer que tenho uma rede de apoio muito boa.

Esses resultados também se mostram contrários aos encontrados no trabalho de Silva *et al.* (2020), no qual foi possível perceber que a maioria das alunas entrevistadas relatou a falta de auxílio por parte da família e amigos, o que torna possível inferir sobre a importância da rede de apoio que essas alunas devem possuir.

Ainda na mesma pesquisa, Silva *et al.* (2020) encontraram que oito das entrevistadas pensaram em desistir do curso por causa da maternidade, resultado que corrobora a fala de uma aluna da instituição UNIFAGOC, e que, segundo a aluna, só não foi consumada devido à rede de apoio que possuía. Através dos estudos de Pereira *et al.* (2020) e de Rapoport e Piccinini (2006), é possível perceber que o apoio social se configura como um meio de reduzir a pressão ocasionada pelo nascimento do bebê, resultando na melhora da qualidade de vida familiar, aumento da produtividade materna e auxílio em situações estressantes, como a necessidade de deixar a criança sob supervisão de terceiros para conseguir dedicar-se aos estudos.

Quando indagadas acerca dos principais obstáculos enfrentados ao assumirem o papel de mãe e estudante, as respondentes alegaram que a disponibilidade para a diversidade de tarefas a serem realizadas, sendo necessário conciliar atividades maternas, domésticas, acadêmicas e profissionais, é a principal dificuldade, pois resulta na falta de tempo. Fernanda (nome fictício) expôs "*... parece que o dia só tem 2 horas ...*". A dificuldade de concentração também foi bastante citada, juntamente com a falta de ânimo e a escassez de sono. Ainda, é importante evidenciar o trabalho dobrado para conseguir emprego e/ou estágios remunerados, como Adriana (nome fictício) descreveu "*... já fiz várias entrevistas e quando falo que sou mãe de um bebê menor de 2 anos, vejo que desmotiva a escola a me contratar, chega a ser frustrante demais para mim*".

Esses relatos corroboram o trabalho de Silvestre (2019), que expõe os desafios enfrentados por estudantes universitárias mães do campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Castanhal. No estudo, a autora descreve que a vida acadêmica necessita de dedicação intensa, tornando difícil dividir-se em mais de uma tarefa. A maternidade, nessa realidade, configura-se como um agravante, uma vez que as tarefas ligadas ao bebê não podem ser ignoradas. As entrevistadas do estudo também relataram falta de tempo e cansaço. Destacando a fala da estudante que expôs a dificuldade de encontrar emprego, é possível comparar com o estudo de Silva *et al.* (2020), que também expõe que a obtenção de trabalho se configura como uma das principais ações que sofrem interferência da maternidade, caminhando junto com os demais obstáculos supracitados.

Por meio da questão que analisava o suporte da universidade a essas mães, foi possível perceber que o auxílio concedido foi o afastamento de licença maternidade de, no máximo, três meses e aulas remotas. Apesar de exporem que tal direito ajudou um pouco, pode-se inferir que algumas alunas não tinham conhecimento do auxílio e que muitas dificuldades ainda existiam e só não foram evidenciadas porque a maioria

das alunas se tornaram mães durante a pandemia da covid 19, em sistema de ensino remoto. Corroborando os resultados desta pesquisa, os achados de Saalfeld (2019) em seu estudo sobre os limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG demonstram que, apesar da política assistencial ser considerada positiva, ainda é necessário maior disseminação de sua existência, visto que muitas estudantes não têm conhecimento de tal auxílio, o que se confirma na fala de Jaqueline (nome fictício), quando relata *“não tive auxílio concedido pela faculdade, ainda estou no sétimo mês do meu filho e não soube de nenhum auxílio que eu poderia ter tido até então”*.

Em relação à pandemia, foi possível perceber que o sistema de estudo online ajudou na manutenção da rotina familiar e materna das alunas da UNIFAGOC, pois, apesar da sobrecarga de trabalho, possibilitou o acompanhamento regular das aulas, fato que não foi observado no estudo de Feldens e Backers (2021), que pesquisou as realidades de estudantes mães alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante a pandemia da covid 19 e observou que o sistema online dificultou o acompanhamento constante das atividades acadêmicas remotas, por conta da jornada de trabalho que tornou-se quádrupla, uma vez que a mulher precisava dividir-se entre os afazeres profissionais, acadêmicos, maternos e domésticos.

A título de complementar a questão acima, a pergunta seguinte questionava a opinião das alunas sobre as melhorias a serem realizadas na política assistencial da faculdade. Elas expuseram que as aulas online deveriam ser disponibilizadas durante a licença maternidade. A necessidade de mais empatia e de uma rede de apoio por parte da instituição também foi citada, uma vez que uma das alunas apresentou prescrição médica de 120 dias de licença e a faculdade aceitou somente os 90 dias máximos previstos em lei; este fato culminou na perda de um período da faculdade, já que a entidade também não aceitou a solicitação de trancamento de matrícula.

Além disso, a mesma estudante relatou que não houve suporte dos professores quanto aos materiais disponibilizados nas disciplinas e outra apontou que a faculdade deveria dispor de apoio psicológico e prazos de entrega diferenciados para alunas grávidas. Como exposto nos parágrafos supracitados, a infinita jornada de trabalho atribuída a essas mulheres, somada à escassez de assistência universitária e de divulgação das políticas existentes, além da necessidade de uma rede de apoio consolidada, resultam na dificuldade das alunas mães de acompanharem de forma assídua as aulas e apresentarem um bom rendimento acadêmico.

Por fim, havia no questionário um espaço destinado às principais considerações acerca do tema. As respostas estão a seguir:

Ana - Acho de extrema importância a preocupação da rede acadêmica com as gestantes, o apoio e a importância de se manter acolhida é essencial.;

Fernanda - Minha experiência tem sido bem difícil, pois vi que realmente a sociedade não está preparada para nos dar os devidos suportes, visto que exercer essas duas funções é extremamente difícil. Espero que esse questionário seja levado em conta para as próximas alunas mães;

Adriana - É muito rápida a transição de gestante para puérpera e extremamente complicado se adaptar rapidamente a todas as mudanças que acontecem, nesse sentido acho que poderia haver um olhar mais cauteloso para quem está passando por essa situação e precisando se adaptar a uma nova realidade;

Jaqueline - Cursar um ensino superior à noite já não é uma tarefa fácil, ainda mais depois que me tornei mãe, mas a busca pela profissão que a gente ama e a vontade de dar uma condição melhor para o filho é o que me faz querer ir sempre além.

Por meio dessas respostas, é possível inferir a carência de assistência existente na instituição e a extrema necessidade de mudanças. A presença de mães estudantes é cada vez maior e torna-se necessária que instituições de ensino se adequem à realidade dessas alunas a fim de acolhê-las e não desencadear prejuízos na aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo descrever as experiências de alunas que se tornaram mães antes de ingressarem na faculdade ou durante a graduação, dos cursos do UNIFAGOC, conhecer suas rotinas e analisar suas perspectivas em relação aos desafios encontrados durante a graduação. Como pode ser observado, o objetivo foi atingido, tornando possível entender a realidade de dificuldades e mudanças de rotina das discentes mães, dos cursos do UNIFAGOC, bem como a situação de assistência estudantil oferecida pela universidade.

Por meio das respostas das alunas ao questionário, foi possível compreender que conciliar maternidade e vida acadêmica é tarefa que demanda empenho e dedicação, e isso se agrava quando ainda é necessário realizar tarefas domésticas e profissionais, resultando no grande fardo a ser carregado pelas mulheres dos dias atuais.

Segundo as alunas, apesar da grande mudança em suas rotinas, elas se sentiram acolhidas ao anunciar a gravidez a amigos, familiares e professores. No entanto, a assistência concedida pela universidade não foi consistente, pois, enquanto algumas alunas precisaram trancar matrícula e não tinham conhecimento acerca da assistência, saindo prejudicadas durante o período de puerpério, outras relataram que ficaram satisfeitas com o auxílio concedido. Este fato causa preocupação, visto que é possível inferir que a assistência concedida pela universidade não está sendo disseminada de forma satisfatória; no entanto, esse auxílio configura-se como direito estudantil. A falta de apoio da universidade e a rotina multitarefas das mulheres atuais evidenciaram a importância da rede de apoio, considerada essencial para que as alunas conseguissem realizar tarefas acadêmicas, domésticas e profissionais.

Foi possível concluir que a presença de mulheres no ambiente acadêmico está cada vez maior e, conseqüentemente, a maternidade no âmbito acadêmico torna-se um fato, sendo confirmado por meio da exposição de vivências das estudantes mães do UNIFAGOC. Por conta disso, é necessário que a instituição se adeque à nova realidade das discentes e garanta que mulheres grávidas não sejam prejudicadas no avanço do ensino após o nascimento de seus filhos, alinhando-se à nova realidade e viabilizando a permanência de mães estudantes, sem a necessidade de se subdividirem entre os afazeres domésticos, profissionais, maternos e acadêmicos, e de cultivar uma rede de apoio consistente para possibilitar a execução plena dessas tarefas.

Por fim, cabe ressaltar o cenário preocupante da escassez de políticas públicas que protejam essas mulheres e possibilitem a maternidade no cenário atual, sem ocasionar o prejuízo das funções profissionais, acadêmicas, domésticas e pessoais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. G.; PAES, V. N.; REIS, S. M. A. DE O. **Mulher, mãe, dona de casa e esposa:** dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 7, n. 7, p. 4935-4951, 2019.
- ANDRADE, M. P. B. **Desafio da maternidade durante a vida universitária:** um estudo com alunas da odontologia. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, p. 1-24, 2019.
- ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 809-832, 2012.
- BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, p. 1-52, 2014.
- BARTELMEBS, R. C. Analisando os dados na pesquisa qualitativa. **Metodologias de estudo e pesquisas em educação III**, 2013.
- BEZERRA, N. **Mulher e universidade:** a longa e difícil luta contra a invisibilidade, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.].
- BRASIL, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei 6202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasil, 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 14 mar. 2022
- BRASIL, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.
- CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Administração online**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2000.
- COUTINHO, E. de C. *et al.* Gravidez e parto: o que muda no estilo de vida das mulheres que se tornam mães? **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 17-24, 2014.
- FELDENS, D. G.; BACKERS, D. DOS R. S. Maternar e estudar no contexto pandêmico: narrativas de estudantes mães alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. **Revista Cocar**, p. 20, 2021.
- FONSECA, J. J. S. da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**, 2002.
- FONTELES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELES, R. G. S. **Metodologia da pesquisa científica:** diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Iniciação científica. Trabalho realizado no Núcleo de Bioestatística Aplicado à Pesquisa da Universidade da Amazônia - UNAMA - Universidade da Amazônia (UNAMA), 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INEP. **Censo da Educação Superior:** notas estatísticas, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.
- JARDIM, L. B. S.; FERNANDES, G. A. de A. L. **A desigualdade de gênero nas universidades**

naturaliza as relações discriminatórias do mercado de trabalho? Escola de Administração de Empresas de São Paulo, p. 37, 2016.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 135-154, 2014.

LIMA, S. B. de. **Pedagogia Social: desafios de mães estudantes no ensino superior da Universidade Federal da Paraíba.** Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal da Paraíba, p. 40, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

MENEZES, R. D. S. *et al.* Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção psicopedagógica**, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exibibilidade de políticas estudantis. **Direito UnB**, v. 4, n. 1, p. 41-79, 2020.

PEREIRA, E. *et al.* Rede de apoio na conciliação família e trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Psicologia em Revista**, v. 262, p. 556-579, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia de trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Universidade Feevale, 2013.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

ROIZ, D. da S. A história das relações de gênero, histórias em construção. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 3, p. 1005-1026, 2011.

SAALFELD, T. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências - PPGECC, da Universidade Federal do Rio Grande, p. 114, 2019.

SCHUSSLER, B. S.; FABRICIO, A. R. **Desigualdade de gênero.** Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica, p. 3-6, 2017.

SILVA, J. S. D. **Formação de professores: os desafios das mães universitárias no curso de pedagogia da UFRJ.** Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ, p. 57, 2019.

SILVA, J. S. D. *et al.* A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó. **Braz. J. of Develop.**, v. 6, n. 7, p. 42538-42550, 2020.

SILVA, J. S. D.; BRANDÃO, M.; CARVALHO, G. B. **A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó.** VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU, p. 12, 2019.

SILVA, C. D. C.; ROCHA, J. G. D.; LEMOS, F. D. C. A narrativa como aporte metodológico na pesquisa qualitativa. **Revista Philologus**, v. 22, n. 64, p. 216-223, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica.** Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SILVESTRE, D. L. **Maternidade e vida acadêmica: um estudo sobre os desafios enfrentados por estudantes universitárias mães do campus da UFPA em Castanhal.** Trabalho de

Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Castanhal, p. 10-58, 2019.

UEMG. **Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)**. Disponível em:

<https://www.uemg.br/graduacao/estude-na-uemg/92-graduacao/proen/285-nae>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIFAGOC. **NAE | FAGOC**. Disponível em: <https://unifagoc.edu.br/nae>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIFEI. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em:

<https://unifei.edu.br/social/diretoria-de-assuntos-estudantis/assistencia-estudantil/pnaes/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVIÇOSA. **NAE - Univçosa**. Disponível em:

https://www.univicosa.com.br/nossos_nucleos/nae. Acesso em: 12 abr. 2022.